

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Ministra reage à presença de agressor em festival

Margareth Menezes cobra de organizadores de evento na Alemanha o motivo pelo qual ela compartilhará palco com DJ que atacou brasileira em Portugal

» VICENTE NUNES
Correspondente

Lisboa — A ministra da Cultura, Margareth Menezes, cobrou os organizadores do Festival Haus der Kulturen de Welt (HKW), do qual participará em 25 de julho, em Berlim, sobre a presença, no mesmo palco que ela, do DJ CelesteMariposa, que foi condenado pela Justiça de Portugal por agressão a uma brasileira. A vítima está sob proteção policial. A ministra diz ser “veementemente contra qualquer tipo de violência, sobretudo, aquelas que vitimem mulheres”. O show apresentado por ela na Alemanha faz parte de uma turnê europeia, que será realizada durante as férias ministeriais.

Margareth soube da condenação do DJ CelesteMariposa por meio do **Correio**, que lhe enviou uma carta escrita pela brasileira vítima de violência, além de cópias da sentença judicial proferida pelo Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa. Tão logo tomou ciência da agressão, a ministra questionou os organizadores do festival, que ainda não se posicionaram oficialmente. Margareth tem uma longa militância no combate à violência de gênero, portanto, não seria compatível subir no mesmo palco em que estará um agressor de mulheres. O DJ, que é português e filho de pais angolanos, não foi encontrado pela reportagem.

Condenação

O nome verdadeiro do DJ é Wilson Mamede Villares, conforme o processo 437/20.9 PALSB, ao qual o **Correio** teve acesso. Ele foi condenado a dois anos e seis meses de prisão pelo crime de violência doméstica, em regime aberto, o que, para Portugal, é um feito, uma vez que a violência contra mulheres é tolerada. Não há, no país, uma legislação rígida como a Lei Maria da Penha, no Brasil. Para que a vítima, que foi funcionária da Organização das Nações Unidas (ONU) na Europa, conseguisse convencer a Justiça portuguesa da violência à qual foi submetida, teve

Victor Vec/MinC



Por meio do **Correio**, Margareth soube da condenação do artista português pela agressão à brasileira

de apresentar um vídeo em que é agredida e arrastada pelo chão. “Encontro-me sob proteção policial por meio de medida judicial (botão do pânico), monitoramento de entidades públicas e apoio psicológico. Por questões de proteção e segurança, solicito que meu nome permaneça sob sigilo”, afirma a brasileira.

Ela ressalta que há muitas outras denúncias contra o DJ. “A própria comunidade cultural de Lisboa, ciente dos problemas que envolvem CelesteMariposa em

situações de homofobia, ameaça à integridade física e fraude, decidiu agir como forma protetiva e pediu a retirada dele de alguns equipamentos culturais renomados da cidade”, acrescenta.

Os dados mostram que a agressão a mulheres cresce em todo o mundo. Em Portugal, a violência doméstica é o crime mais frequente, sendo o mais denunciado e o que mais mata, independentemente de classe social, raça, etnia, religião, orientação sexual, idade e grau

de escolaridade. “No âmbito da violência contra as mulheres brasileiras em Portugal, estamos diante de um quadro assustador. São as maiores vítimas de preconceito, discurso de ódio e violência de gênero, como alertado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). O silêncio mediante situações estruturais e a falta de apoio marcam profundamente nossas vidas”, ressalta a brasileira. “Por isso, resolvi expor o meu caso”, complementa.

“Levei socos e fui arrastada pelo chão”

Os olhos não escondem o horror ao relembrar os momentos de violência à qual foi submetida. Descrever os socos que levou, a portada que lhe cortou uma das orelhas e a forma como foi arrastada no hall de entrada do prédio do amigo ao qual foi pedir socorro reabrem feridas que doem na alma.

“Mas é preciso falar sobre isso. Só assim posso alertar outras mulheres para que denunciem seus agressores”, diz a brasileira, que vive há cinco anos em Portugal e está sob proteção policial.

Depois de quase três anos de luta nos tribunais, ela, finalmente, viu o seu violentador, o DJ português CelesteMariposa, ser condenado a dois anos e seis meses de prisão.

A brasileira conta que, depois de mais de 15 anos vivendo em Londres e em Budapeste, onde trabalhou para as Nações Unidas, decidiu mudar-se para Lisboa. E mergulhou no que mais gosta de fazer: produção cultural.

Foi desenvolvendo esse trabalho que esbarrou com o DJ, que não gozava de boa fama nos meios artísticos. Mas como ele era próximo de um grande amigo dela, decidiu relevá-lo e que falavam de CelesteMariposa. Ela, inclusive, assumiu a gestão da carreira dele. A dedicação da brasileira deu resultados e, no meio do caminho, começaram a se relacionar.

Como o DJ estava morando de favor na casa do amigo da brasileira, ele se sentiu à vontade para se mudar para o apartamento dela.



“No âmbito da violência contra as mulheres brasileiras em Portugal, estamos diante de um quadro assustador. São as maiores vítimas de preconceito, discurso de ódio e violência de gênero. O silêncio mediante situações estruturais e a falta de apoio marcam profundamente nossas vidas”

“Ele agia com uma possessividade muito grande, com certa violência, me expondo. Aquilo foi me incomodando. E tudo só foi piorando. Gritos, agressões verbais, desrespeito, tudo virou rotina”

Brasileira agredida pelo DJ português CelesteMariposa

“Ele apareceu na minha casa com uma mala e os discos dele. Levei um susto, mas permiti que entrasse. Mas tudo se mostrou um grande erro. A partir dali, ele demonstrou um comportamento possessivo. Passou a falar alto comigo, chegando a gritar, muitas vezes. Como não queria problemas com a vizinhança, nem perder o apartamento que havia alugado depois de muito sufoco, relevei”, frisa.

Um basta

O comportamento de CelesteMariposa transbordou de

para os lugares em que os dois estavam juntos, inclusive, nos shows que ela organizava. “Ele agia com uma possessividade muito grande, com certa violência, me expondo. Aquilo foi me incomodando. E tudo só foi piorando. Gritos, agressões verbais, desrespeito, tudo virou rotina”, relembra a mulher, que tem um botão do pânico dentro da bolsa para acionar a polícia caso o agressor tente lhe fazer mal novamente.

Cansada da relação abusiva, a brasileira decidiu dar um basta. No dia em que pediu para que o

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



O trauma do aborto é um segredo das famílias brasileiras

Prêmio Nobel de Literatura de 2022, recebido aos 82 anos, a escritora francesa Annie Ernaux tinha 23 anos, em 1963, quando engravidou do namorado. Um relacionamento recente, sem muitas expectativas. Jovem universitária, de repente sua vida virou de ponta-cabeça. Sem poder contar para sua família, que vivia numa pequena cidade conservadora do interior da França, tomou a dramática decisão de fazer um aborto. Seu livro *O acontecimento* (Fóforo Editora), tradução de Isadora de Araújo Pontes, relata sua difícil e solitária trajetória em busca de um aborto, que à época era ilegal na França.

Annie Ernaux levou 30 anos para relatar essa história, já escritora consagrada, com uma obra literária toda pautada por forte conteúdo autobiográfico. “Faz uma semana que comecei esta narrativa, sem nenhuma certeza de continuá-la. Só queria testar meu desejo de escrever sobre isso”, registrou em seu diário. O peso do domínio masculino sobre o corpo feminino transborda no texto, que todo homem deveria ler. “Se eu não relatar essa experiência até o fim, estarei contribuindo para obscurecer a realidade das mulheres e me acomodando do lado da dominação masculina do mundo”.

Médicos tentaram dissuadi-la da decisão. Enfrentou o moralismo até mesmo entre as amigas. Seu texto é direto e chocante: “Tornou-se uma coisa sem forma que avançava dentro de mim e era preciso destruir a todo custo”. Ela narra, detalhadamente, seu encontro com a “fazedora de anjos” e a dramática passagem por um hospital, com risco de morte, após o aborto clandestino, onde houve violência médica e o julgamento moral por sua decisão.

Essa resenha minimalista do livro de Ernaux tem a ver com a votação sobre a criminalização do aborto por crianças vítimas de estupro, após 22 semanas, cuja urgência foi aprovada pela Câmara, na semana passada. Conduzida pelo presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), em acordo com os deputados de extrema direita e evangélicos, durou apenas 24s. Na votação, houve muita hipocrisia e covardia, que são características do machismo.

Vida privada

Foi imediata a reação contrária da opinião pública, pelas redes sociais, à tentativa de criminalizar o aborto de crianças vítimas de estupro com penas de até 20 anos, o dobro da prevista para o estupro. No dia seguinte, milhares de mulheres protestaram nas ruas e Lira foi “demonizado”. O presidente da Câmara não levou em conta, assim como seus aliados, que o aborto é um assunto da vida privada, segredo guardado a sete chaves, além de um problema de saúde pública.

É rara a família que não tenha passado por esse trauma. O aborto substituiu a virgindade como tabu no ideário cristão da família unicelular patriarcal, que se sente ameaçada pela revolução dos costumes, principalmente da liberdade sexual — porém, mesmo assim, é praticado quando necessário. Atualmente, a legislação permite o aborto ou a interrupção de gravidez em casos em que a gestação decorre de estupro, coloca em risco a vida da mãe e de bebês anencefálicos. Não está previsto um tempo máximo para a gestação.

Essa legislação protege as mulheres de mais baixa renda, que recorrem aos serviços de saúde pública quando cometem aborto induzido e correm risco de vida. A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) de 2021 mostra que uma em cada sete mulheres, com idade próxima aos 40 anos, já fez pelo menos um aborto no Brasil. O levantamento foi realizado em novembro de 2021, ouviu 2 mil mulheres em 125 municípios.

Mais da metade (52%) do total de mulheres que abortou tinha 19 anos de idade ou menos, quando fez seu primeiro aborto. Desse contingente (abaixo de 19 anos), 46% eram adolescentes entre 16 e 19 anos, e 6% meninas entre 12 e 14 anos. Pela legislação, praticar sexo ou atos libidinosos com menor de 14 anos é considerado crime de estupro de vulnerável, independentemente de haver consentimento da criança, sob pena de prisão de oito a 15 anos.

Em 2021, 21% das mulheres que abortaram realizaram um segundo procedimento, chamado aborto de repetição. Entre elas, estão predominantemente as mulheres negras. Parte das entrevistadas (39%) usou medicamento para interromper a gestação. A pesquisa cita que o medicamento mais usado é indicado para prevenção e tratamento da úlcera gástrica; e 43% das mulheres foram hospitalizadas para finalizar o aborto. Entretanto, o uso de misoprostol, cuja venda é proibida sem receita médica, reduziu os casos de mortalidade nos abortos induzidos.

“Temos relatos traumáticos de perseguição, convocação da polícia, mulheres algemadas nos hospitais. Então, há impacto na saúde pública pela ocupação de leitos, na saúde das mulheres porque, por alguma razão, utilizaram medicamentos inseguros, indevidos ou foram para a clandestinidade em clínicas inseguras, ou porque não têm a informação sobre como é um aborto. Por isso, procuram os hospitais”, explica Débora Diniz, antropóloga e uma das autoras do estudo.

FOI IMEDIATA A REAÇÃO À TENTATIVA DE CRIMINALIZAR O ABORTO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE ESTUPRO